



Número: **0802793-35.2019.8.15.0351**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Sapé**

Última distribuição : **19/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA EMANUELLA DA SILVA TARGINO (AUTOR)		ALANA MARTINS MARQUES NAVARRO (ADVOGADO) GABRIELLA CHAVES ALVES PESSOA (ADVOGADO) CAIO CHAVES ALVES PESSOA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25450 046	19/10/2019 19:26	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
25450 047	19/10/2019 19:26	<a href="#">DPVAT - MARIA EMANUELLA DA SILVA-LIDER</a>	Outros Documentos
25450 048	19/10/2019 19:26	<a href="#">DOCS PESSOAIS + COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Identificação
25450 349	19/10/2019 19:26	<a href="#">PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE POBREZA</a>	Procuração
25450 350	19/10/2019 19:26	<a href="#">DOCUMENTOS MÉDICOS</a>	Documento de Comprovação
25450 351	19/10/2019 19:26	<a href="#">BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
25450 352	19/10/2019 19:26	<a href="#">COMPROVANTE DE PAGAMENTO ADMINISTRATIVO- SINISTRO 3190446867</a>	Documento de Comprovação
25462 470	21/10/2019 10:32	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
30395 285	05/05/2020 16:23	<a href="#">Petição</a>	Petição
30395 289	05/05/2020 16:23	<a href="#">PETIÇÃO DE EMENDA A INICIAL- MARIA EMANUELLA</a>	Outros Documentos
30529 774	11/05/2020 09:53	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

Em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE SAPÉ - PB.

**MARIA EMANUELLA DA SILVA TARGINO**, brasileira, solteira, técnica de enfermagem, portadora da cédula de identidade nº 2840321 SSP-PB, inscrito sob o CPF de nº 045.620.744-93, residente na rua Antônio Augusto Meireles, 419, Centro, Sapé/PB, CEP 58.340-000, vem por seus advogados infra-assinada (procuração em anexo) com endereço profissional na Rua Flávio Ribeiro, nº 49, Centro, Gurinhém, CEP nº: 58356-000, onde serão doravante encaminhadas as notificações do feito, vem perante a honrada presença de Vossa Excelência, propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada, Rua Senador Dantas, 74, 5,6,9,14 E 15 Andares, Centro, Rio De Janeiro-Rj, cep: 20031-205, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:

**1- INICIALMENTE**



## DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente à luz do que dispõe a lei nº. 1.060/50, vem à presença de Vossa Excelência, requerer os benefícios da justiça gratuita, até decisão final do feito, diante do que aduz o art. 4º da referida Lei:

*"A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio ou de sua família".*

## **2 - DOS FATOS**

A Promovente é vítima de acidente de trânsito, ocorrido em **21/01/2019** tudo conforme se depreendem da cópia da Certidão de Ocorrência Policial anexada à peça inicial e documentos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU.

Por ocasião do acidente, resultou na autora fratura do fêmur- que deixou a autora com **DEBILIDADE PERMANENTE** por sequela ocorrida no desastre, como observamos no laudo médico exposto nos autos.

A autora, após requerimento administrativo- Sinistro 3190446867- recebeu a quantia de R\$ 2.362,50, referente a 25% de membro, a título de seguro DPVAT, pela seguradora, ré nesta demanda.

Ocorre que, a incapacidade e as sequelas oriundas do acidente de trânsito não correspondem aos valores percebidos pela autora, pagos pela seguradora.



Neste sentido, a promovente requer que seja designada perícia médica para averiguar a real incapacidade e sequelas deixadas pelo referido acidente.

Ocorre que, a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, asseguram o recebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, **notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.**

A lei supramencionada, em seu art. 3º, alínea c, inciso II assegura a indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) nos casos de invalidez/debilidade permanente.

Diante desses fatos, resta ao requerente ingressar na justiça para fazer valer o seu direito, quanto a indenização da sua debilidade permanente ocasionada em razão do acidente mencionado, como também quanto as despesas de assistência médicas e suplementares, visto que já houve negativa da seguradora, parte ré nesta demanda.

### **3 - DO DIREITO**

#### **3.1 - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano**



decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".(grifo nosso)

Reforçando a idéia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, caput, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

*"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (destaque nosso) .*

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas conseqüências danosas.

Independe, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização".**



É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.3 - DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a teor da regra esculpida no art. 3º, c, II, da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

"Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:  
- **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente.**

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devido a debilidade permanente suportado pelo autor.**



#### **4 - DA POSTULAÇÃO**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

1. Ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
2. Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, **condenando a seguradora promovida a pagar ao Promovente o valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** referente à debilidade permanente suportada pelo promovente, devendo este valor ser acrescido de juros e correção monetária;
3. Conceder os benefícios da gratuidade judiciária, tendo em vista ser o autor pobre na forma da lei;
4. Ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20 (vinte) %, sobre o valor da causa, em caso de recurso.
5. Que seja designada perícia médica legal, conforme convênio 015/2014 junto seguradora LIDER E TJPB, para comprovar a debilidade permanente do autor.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,





Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 19 de Outubro de 2019.

**Gabriella Chaves Alves Pessoa**

**OAB/PB 18.135**

**Caio Chaves Alves Pessoa**

**OAB/PB 19.865**



OME 18/05

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO DE ATOS

V-02  
P-123

*Maria Emannela da Silva Targino*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão do Usuário

SUS

Cartão Nacional de Saúde

REGISTRO GERAL 2.840.321-2 V-02 P-123  
NOME MARIA EMANUELA DA SILVA TARGINO  
FILIAÇÃO JOSÉ SEBASTIÃO TARGINO  
MARIA GILZENAR DA SILVA TARGINO  
NATURALIDADE  
DOC ORIGEM  
JOÃO PESSOA-PB  
NASC. N. 14375 FTS. 73 LIV. 15A  
CPF CARTORIO SAPE PB  
045.620.744-93  
LEI Nº 7.119 DE 20/08/93

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EMISSÃO 10/03/2015

DATA DE NASCIMENTO 11/08/1982

COMPREV

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA SOCIAL

25 JUL. 2019

PROTOCOLO Nº. JOÃO PESSOA

SISTEMA DE REGISTRO DE ATOS

MARIA EMANUELA DA SILVA TARGINO  
Sexo: F  
Data Nasc. 11/08/1982

898 0040 8651 7258

898 0040 8651 7258

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Scanned with CamScanner

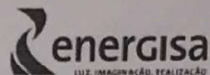


# BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica. : Nº 027.345.418



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Rr 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

## DADOS DO CLIENTE

MARIA GILZEMAR DA SILVA TARGINO  
RUA ANTONIO AUGUSTO MEIRELES 418  
SAPE

## CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/64464-1

## REFERÊNCIA

JUL/2019

## APRESENTAÇÃO

04/07/2019

## CONSUMO

143

## VENCIMENTO

11/07/2019

## TOTAL A PAGAR

R\$ 136,92

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
00190.00009 02624.912008 03359.958174 2 79470000013692				
Pagador: MARIA GILZEMAR DA SILVA TARGINO CNPJ/CPF: 840.999.334-15				
RUA ANTONIO AUGUSTO MEIRELES 418 - CENTRO - SAPE / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
26249120003359958	000064464201907	11/07/2019	R\$ 136,92	
BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				



Scanned with CamScanner





21/01/2019

1137496

**PROCURAÇÃO AD-JUDICIA****OUTORGANTE:**

MARIA EMANUELLA DA SILVA TARGINO, BRASILEIRA,  
SOLTEIRA, TÉCNICA ENFERMAGEM, PORTADORA DO RGPº  
2840.321, CPF Nº 045.620.744-93, RESIDENTE  
NA RUA ANTONIO AUGUSTO MEIRELES, 419, CENTRO,  
SAPE, CEP: 58.340-000.

**OUTORGADOS:** GABRIELLA CHAVES ALVES PESSOA NAVARRO, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB/PB nº 18.135, e CAIO CHAVES ALVES PESSOA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB nº 19.865, ALANA MARTINS MARQUES NAVARRO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB nº 17.101, ambos com endereço profissional na Rua Flávio Ribeiro, 49, Centro, Gurinhém/PB, CEP: 58.356-000.

**PODERES:** a quem confere(m) amplos e ilimitados poderes, para o fôro em geral, com a cláusula "ad judicium", a fim de que agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos do(s) outorgante(s), perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, solicitar laudos médico/prontuários de atendimento junto aos hospitais, autarquia ou entidade paraestatal, requerer quaisquer documentos/informações junto ao INSS, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s) e defendendo-os) quando for(em) réu(s), interessado(s), requerido(s) ou reclamado(s), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo apenas com consentimento dos outorgantes, recorrer, renunciar o teto máximo do juizado especial da justiça federal, bem como substabelecer a presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe(s) convier, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Ademais, declaro, de acordo com as normas em vigor, para o fim de obter a GRATUIDADE DE JUSTIÇA e o patrocínio da Assistência Jurídica, que não tenho condições financeiras para arcar com o ônus das custas processuais e honorários Advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio e de minha família.

Gurinhém/PB, 14 de FEVEREIRO de 2019.

x Maria Emanuella da Silva Targino

OUTORGANTE



# Laudo Médico/Resumo de Alta

Nome: <u>Nome completo do paciente</u>		N de BE: <u>10</u>
Idade: <u>21/01/19</u>	Sexo: <u>masculino</u>	Enf.: <u>Leito:</u>
Data de admissão: <u>21/01/19</u>	Clínica: <u>Alta: 30/01/19</u>	Tempo de Permanência:
Diagnóstico de Internação: <u>Falta de resposta</u>		
Diagnóstico Definitivo:		
Diagnóstico Secundário: <u>nenhum</u>		
Principais exames:		
Cirurgia realizada - data e equipe: <u>DAFE</u>		
Biópsias: <u>2 autópsias 10 dias</u>		
Anatomia patológica:		
Infecção: sim ( ) não ( ) Coleta de material: sim ( ) não ( )		
Resultado bacteriologista:		
Condições de alta: Melhorado ( ) Removido ( ) A pedido ( ) Curado ( ) Óbito ( ) À Revelia ( )		
Resumo Clínico: história evolução, terapêutica, complicações: <u>alta n sem mais complicações segundo</u>		
Orientações Pós Alta		
Dieta:		
Repouso:		
Relativo em casa por, _____ dias.		
Retorno às atividades sem esforço físico em, _____ dias.		
Retorno às atividades com esforço físico leve, _____ dias e com maior em, _____ dias.		
Cuidados com a ferida operatória: lavá-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão ou inchaço no local ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Htop.		
Medicações para casa:		
Retorno:		
Ao posto de saúde em _____ para retirada de ponto.		
Ao ambulatório <u>Dr. Gustavo</u> em <u>02 dias</u> para revisão. <u>10 dias</u>		
João Pessoa: <u>30</u> de <u>01</u> de <u>19</u>		
Ass. Médico/CRM		
Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.		

F(NG).APC.002-2

Scanned with CamScanner

Scanned with CamScanner





**FICHA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR**

Data: 21/01/19	ID da Ocorrência: 23295298	Nº Grupo: 44	Plantão: <input checked="" type="checkbox"/> Dia <input type="checkbox"/> Noite	Hora de Saída da Base: 17:15 Hs	Hora de Chegada no Local: 17:25 Hs
Paciente / Usuário: <u>Mae Emanuel da S. Torquino</u>			Idade: 35A	Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Telefone: 993994802
Local da Ocorrência: <input checked="" type="checkbox"/> Sapé <input type="checkbox"/> Mari <input type="checkbox"/> Sobrado <input type="checkbox"/> Riachão <input type="checkbox"/> Outro			Bairro: <u>Jardim das Águas</u>		
Logradouro: <u>Jardim das Águas</u>			Médico Regulador: <u>Dr. Maria</u>		
Quantidade de vítima(s) no local: <input type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três <input type="checkbox"/> Mais de três:					
Apoio Local: <input checked="" type="checkbox"/> USB <input type="checkbox"/> USA <input type="checkbox"/> Resgate / Bombeiros <input type="checkbox"/> PM <input type="checkbox"/> Resgate PRF <input type="checkbox"/> SMTRANS <input type="checkbox"/> CPTRAN <input type="checkbox"/> Outro:					
QTA: <input type="checkbox"/> Socorrido por Terceiros <input type="checkbox"/> Socorrido pelos Bombeiros <input type="checkbox"/> Evadiu-se do Local <input type="checkbox"/> Trote <input type="checkbox"/> Outro:					

**Documento de identificação do paciente:**

RG: \_\_\_\_\_; CPF: \_\_\_\_\_; CNS: \_\_\_\_\_

**NATUREZA DA OCORRÊNCIA**

☐ CLÍNICO ☐ PSIQUIÁTRICO ☐ GINECO-OBSTÉTRICO  
☒ TRAUMA  
Móvio: acoplamento camunhão

**TIPO DE AGRAVO**

<input checked="" type="checkbox"/> Acidente de Trânsito	<input type="checkbox"/> Pediátrico
<input type="checkbox"/> Agressão Física	<input type="checkbox"/> Psiquiátrico
<input type="checkbox"/> Desabamento / soterramento	<input type="checkbox"/> Caso clínico
<input type="checkbox"/> Eletrocussão	<input type="checkbox"/> Quase afogamento/ afogamento
<input type="checkbox"/> F.A.B	<input type="checkbox"/> Queda _____ metros
<input type="checkbox"/> F.A.F (P.A.F)	<input type="checkbox"/> Queimaduras
<input type="checkbox"/> Gineco - obstétrico	<input type="checkbox"/> Outros: _____
<input type="checkbox"/> Lesões térmicas	

**ESCALA DE COMA DE GLASGOW**

Abertura ocular	Spontânea A voz A dor Nenhuma	4
Resposta verbal	Orientada Confusa Palavras inapropriadas Palavras incompreensíveis Nenhuma	5
Resposta motora	Obedece comandos Localiza dor Movimento de retirada Flexão anormal Extensão anormal Nenhuma	6
TOTAL MÁXIMO		15

**ANTECEDENTES**

<input type="checkbox"/> AIDS	<input type="checkbox"/> Doença mental
<input type="checkbox"/> Alcoolismo	<input type="checkbox"/> Doença renal
<input type="checkbox"/> AVE	<input type="checkbox"/> Drogas
<input type="checkbox"/> Cirurgias Realizadas	<input checked="" type="checkbox"/> Hipertensão arterial
<input type="checkbox"/> Convulsão	<input type="checkbox"/> Internamentos Anteriores
<input type="checkbox"/> Diabetes	<input type="checkbox"/> Medicamentos
<input type="checkbox"/> Doença Cardíaca	<input type="checkbox"/> Problemas respiratórios
<input type="checkbox"/> Doença infecciosa - contagiosa	<input type="checkbox"/> Outros

**TRANSPORTE SECUNDÁRIO - ORIGEM**

Serviço Médico: H. Trauma Responsável: Lenisa Bragança de Araújo

**MOTIVO DO TRANSPORTE**

☐ Apoio Diagnóstico ☐ Serviço de maior complexidade ☐ transferência simples ☐ outro: \_\_\_\_\_

**TRANSPORTE SECUNDÁRIO - DESTINO**

Local: \_\_\_\_\_ Responsável: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

**Exame clínico (principais sintomas/ queixas)**

Pac. apresentando mobilidade reduzida de fêmur + leve escoriações  
☐ agitação ☐ alergia ☐ Ausência de pulso (central) ☐ Cianose ☐ Convulsão ☐ Diarreia ☐ Dificuldade respiratória ☒ dor local perna D  
☐ febre ☐ Inconsciente/ desmaio ☐ Palidez ☐ Sangramento ☐ Vômito ☐ outros: \_\_\_\_\_

**1. DADOS VITAIS:**

PA. Sistólica: 120 PA diastólica: 80 Pulso: 100 FC: 100 FR: 18 TEMP: \_\_\_\_\_ °C Glicemia: 167 SPO<sub>2</sub>: 99 Glasgow: 15

**2. VIA AÉREA**

☒ Livre ☐ obstruída parcialmente ☐ Obstruída totalmente ☐ Corpo Estranho ☐ Bronco aspiração ☐ Edema de glote ☐ Obs.: \_\_\_\_\_

**VENTILAÇÃO**

☒ Espontânea ☐ Parada respiratória ☐ Assistida ☐ Ritmo irregular

**EXPANSIBILIDADE**

☒ Normal ☐ Superficial ☐ Regular ☐ Irregular

**ACHADOS**

☐ Crepitação ☐ Enfisema subcutâneo ☐ Expectoração ☐ Hemoptise ☐ Hálito fétido

**3 - CIRCULAÇÃO**

☐ Cianose ☐ Fria ☐ Úmida ☒ Normal ☐ Palidez ☐ Queimadura

**EDEMA**





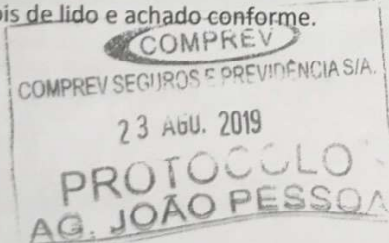
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL  
10ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SAPÉ  
Rua Osvaldo Pessoa, nº 81, Centro, CEP 58.340-000.  
Telefone: (83) 3283-5949



NATUREZA: ACIDENTE DE TRÂNSITO

## Ocorrência nº 736/2019

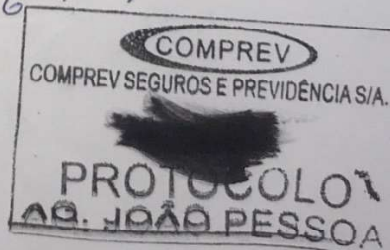
Aos VINTE E SEIS (26) dias do mês de ABRIL (04) do ano de Dois Mil e DEZENOVE (2019), nesta cidade de Sapé/PB, e na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade da Autoridade Policial, Dr. **FREDERICO CLAUDIO DE MELO MAGALHAES** comigo Escrivão, do seu cargo às 10h12min, compareceu, **MARIA EMANUELLA DA SILVA TARGINO**, RG: 2.840.321-SSP/PB, brasileira, solteira, nascida aos 11/08/1982, natural de João Pessoa/PB, Técnica de Enfermagem, filha de José Sebastião Targino e de Maria Gilzemar da Silva, residente na Rua Antonio Augusto Meireles, nº 418, Bairro Centro - Sapé/PB. A QUAL FEZ O SEGUINTE REGISTRO: QUE no dia 21/01/19 por volta das 17h00min, na cidade de Sapé, no loteamento Jardim das Águas, a declarante vinha em UM VEÍCULO DE TIPO CAMINHÃO ABERTO de PLACAS MNN0047/PB, ANO 1987 DE COR CINZA, CHASSÍ 9BFKXXL52HDB53187 EM NOME DE PRISCILA PRAZERES DE LIMA, quando o mesmo faltou freio e capotou no local; QUE, a declarante foi socorrida para o Hospital de Trauma e lá foi submetida à uma cirurgia na perna direita, ficando internada durante 10 (DEZ) dias naquela unidade hospitalar; Que o referido veículo havia sido comprado recentemente pelo cônjuge da declarante, porém não havia passado pelo seu nome. Ciente o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 (Falsidade Ideológica) do Código Penal, depois de lido e achado conforme.



Sapé, 26 de Abril de 2019.

NOTICIANTE: Maria Emanuella da Silva Targino

Escrivão de Polícia Civil Dr. Frederico Claudio de Melo Magalhães 1º Vice de Delegado



Scanned with CamScanner





## SINISTRO 3190446867 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** MARIA EMANUELLA DA SILVA TARGINO

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

**BENEFICIÁRIO** MARIA EMANUELLA DA SILVA TARGINO

**CPF/CNPJ:** 04562074493

**Posição em 03-09-2019 12:11:23**

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
04/09/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

Scanned with CamScanner







**Poder Judiciário da Paraíba  
1ª Vara Mista de Sapé**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7).

PROCESSO N. 0802793-35.2019.8.15.0351 [SEGURO].

AUTOR: MARIA EMANUELLA DA SILVA TARGINO.

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Sem prejuízo de eventual impugnação, defiro os benefícios da gratuidade judiciária, face a declaração firmada e da ausência de elementos que afastem a presunção de pobreza.

Da leitura da peça de ingresso, entendo que o caso exige a emenda.

Com efeito, a legislação pertinente determina que a indenização do seguro DPVAT será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente, não exigindo a apresentação da prova do recolhimento do valor do prêmio do seguro obrigatório por parte da vítima ou seu beneficiário.

O valor de referência é R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), inserido na Lei do DPVAT (n. 6.194/1974), por meio da Medida Provisória n. 340/2006, em vigor desde a data de sua publicação, em 29 de dezembro de 2006, e, posteriormente, convertida na Lei n. 11.482/2007.

Todavia, e eis o relevante, **não há valor indistinto para qualquer tipo de cobertura, variando se o caso é de morte ou invalidez total e permanente, ressarcimento de despesas médicas, e debilidade.** Assim, para cada tipo de sinistro que resulte debilidade, deve ser observada a tabela de repercussão no patrimônio físico introduzida na Lei do DPVAT pela Medida Provisória n. 451/2008, publicada em 16 de dezembro de 2008 e retificada em 22 de dezembro de 2008, e depois convertida na Lei n. 11.945/2009, publicada em 24 de junho de 2009 e produzindo efeitos a partir de 16 de dezembro de 2009 (art. 33, IV, alínea "a").

A Súmula n. 474 do Superior Tribunal de Justiça, a propósito, é muito clara nesse sentido, ao preconizar que: **"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".**

No caso em apreço, ao expor o fato que dá suporte a pretensão, afirmou o autor o seguinte:

"A Promovente é vítima de acidente de trânsito, ocorrido em 21/01/2019 tudo conforme se depreendem da cópia da Certidão de Ocorrência Policial anexada à peça inicial e documentos do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU. Por ocasião do acidente, resultou na autora fratura do fêmur- que deixou a autora com DEBILIDADE PERMANENTE por sequela ocorrida no desastre, como observamos no laudo médico exposto nos autos.

A autora, após requerimento administrativo Sinistro 3190446867- recebeu a quantia de R\$ 2.362,50, referente a 25% de membro, a título de seguro DPVAT, pela seguradora, ré nesta demanda.

Ocorre que, a incapacidade e as sequelas oriundas do acidente de trânsito não correspondem aos valores percebidos pela autora, pagos pela seguradora." (Num. 25450047 - Pág. 2)

Como se vê, em momento algum se esclarece se houve invalidez, ou debilidade, **com especificação da indicação do tipo e grau de limitação física a fim de ensejar o**



**percebimento integral da indenização do seguro DPVAT.**

Da leitura da petição inicial, portanto, não há como se compreender o exato pedido de mérito. E a omissão, evidentemente grave, além de comprometer o exercício da ampla defesa e do contraditório impede que seja realizada a instrução do processo ou mesmo um julgamento hígido da causa, de sorte que não há outra solução a ser dada senão a e determinar a emenda da inicial.

Com essas considerações, impõe-se a **INTIMAÇÃO DO AUTOR**, por seu advogado, a fim de que emende a inicial, informando, precisamente, qual o fundamento do pedido (se a indenização tem por base a existência de debilidade ou gastos médicos, etc), com especificação das circunstâncias de fato (qual área atingida, região, e indicação do tipo e grau de limitação física, ou valor dos gastos com sua comprovação).

Esclareça-se que o cumprimento é em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento e extinção.

Publicado eletronicamente.

SAPÉ, 21 de outubro de 2019.

Anderley Ferreira Marques  
JUIZ DE DIREITO



EM ANEXO.



AO JUÍZO D 1º VARA MISTA DE SAPÉ-PB- PB

Proc. nº: 0802793-35.2019.8.15.0351

**MARIA EMANUELLA DA SILVA TARGINO**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores constituídos, conforme documento de procuração em anexo, em obediência ao despacho retro, com fulcro no art. 321 do Novo Código de Processo Civil,

**EMENDAR A INICIAL,**

onde, para tanto, oferta as considerações abaixo evidenciadas.

A Autora, por meio do despacho próximo passado, fora instado a emendar a inicial, nos termos do **art. 321 do CPC/2015**, onde fora determinado **a emenda da peça vestibular**.

Diante da determinação, a autora vem informar que requer na via judicial a indenização por invalidez permanente, resultante do acidente automobilístico, invalidez na região do membro inferior, mais precisamente no fêmur (caso seja), e seu grau de incapacidade / debilidade permanente estar fixado hoje no total de 100%, porém requer realização de perícia médica, para melhor análise do caso clínico.

83 99375-2500 / 83 98833-2567 / 83 99869-2147  
caio\_ccap@hotmail.com, gabriellapessoa.adv@gmail.com  
Rua Flávio Ribeiro, 49 - Centro / Gurinhem-PB, Cep: 58.356-000  
Praça Dr. João Ursulo, sala 05 - Centro / Sapé-PB, Cep: 58.340-000



Ainda em tempo, a autora buscou a via judicial para que lhe seja indenizado o valor remanescente que faz jus, tendo em vista que na via administrativa recebeu apenas o percentual do grau de 25%.

Ainda em tempo, **havido a Autora sanado a deficiência delimitada**, requer o prosseguimento do processo em epígrafe.

Respeitosamente, pede deferimento.

João Pessoa, 05 de Maio de 2020.

GABRIELLA CHAVES A. PESSOA NAVARRO  
ADVOGADA - OAB/PB 18.135

CAIO CHAVES ALVES PESSOA  
ADVOGADO - OAB/PB 19.865





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Mista de Sapé**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7).  
PROCESSO N. 0802793-35.2019.8.15.0351 [Seguro].  
AUTOR: MARIA EMANUELLA DA SILVA TARGINO.  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Diante da declaração de pobreza e da ausência de elementos que permitam afastar a presunção legal da veracidade, concedo os benefícios da gratuidade judiciária, sem prejuízo de eventual impugnação.

**Recebo a petição inicial, por preenchimento de todos os seus requisitos.**

Verifica-se que a parte promovida apontada, tradicionalmente, abstém-se de tornar efetiva as técnicas autocompositivas, sobretudo antes da realização de eventual perícia. Logo, sendo inviável, ao menos nessa fase, a mediação e a conciliação, deixo de determinar a sua realização. Deste modo, **CITE-SE** a parte promovida, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, sob pena de revelia e confissão.

Publicado eletronicamente.

SAPÉ, 11 de maio de 2020.

Anderley Ferreira Marques  
JUIZ DE DIREITO

